

CARTILHA DO DECRETO DE USO E OCUPAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

Referência: DECRETO Nº 162 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012

Para a análise do processo de concessão da autorização de uso do passeio público será obrigatório apresentação de planta em formato A3 (dois sulfites) contendo as informações, cotas e desenhos em escala conforme o DECRETO Nº162 e a presente CARTILHA obedecendo também ao Anexo 1 desta Cartilha.

- 1- A localização e disposição das faixas de pedestres e áreas de uso de mesas e cadeiras deverá se enquadrar a um dos modelos dispostos nesta Cartilha, em atendimento ao Decreto Nº162.
- 2- O afastamento entre mesas deverá ser de no mínimo, 1,20 m (um metro e vinte centímetros).
- 3- A quantidade de mesas e cadeiras, bem como a sua disposição será a demonstrada na Planta aprovada, que deverá ser mantida junto ao alvará de localização do empreendimento para consulta da fiscalização.
- 4- Deverá constar da planta de localização, dimensões das mesas e cadeiras e distância entre si, com cotas indicativas da largura do passeio, da faixa de pedestres, testada do estabelecimento e da área de concessão atendendo às determinações da presente regulamentação.

É obrigatória a anexação dos seguintes documentos ao processo:

- | | |
|---------------------------------|---|
| ➤ Alvará (cópia) | ➤ Planta em papel A3 (02) |
| ➤ Capa do carne de IPTU (cópia) | ➤ Foto ou folder das mesas e cadeiras a serem utilizadas. |

1 CONSIDERAÇÕES PARA COMPREENÇÃO E APLICAÇÃO DO DECRETO Nº 162:

Para o melhor entendimento deste Decreto, definimos alguns termos utilizados, como:

a) logradouro público é:

- o conjunto formado pelo passeio e pela via pública, no caso da avenida, rua e alameda;
- a passagem de uso exclusivo de pedestre e, excepcionalmente, de ciclista;
- a praça;
- o quarteirão fechado.

b) via pública é:

- o conjunto formado pela pista de rolamento;
- pelo acostamento;
- pelas faixas de estacionamento, ilha e canteiro central, se existentes.

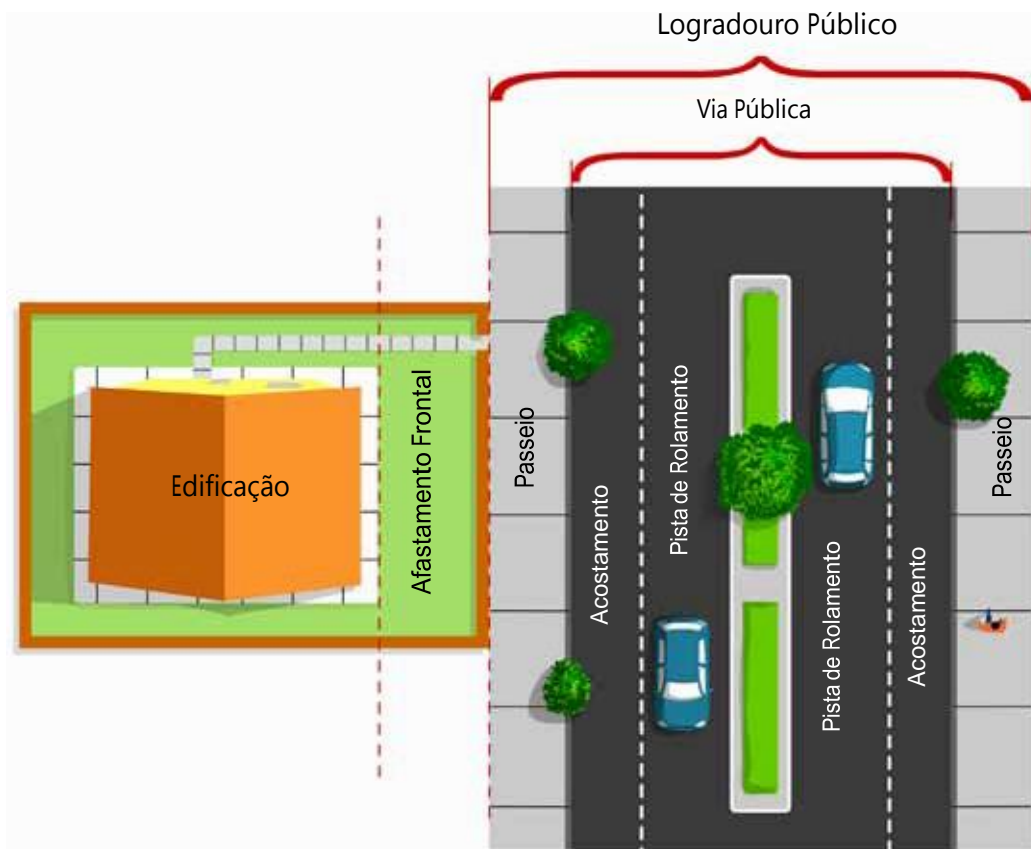


FIGURA 1 – Definição dos termos do logradouro

- c) afastamento frontal mínimo é a menor distância entre a edificação e o alinhamento do lote permitido pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo;
- d) afastamento frontal é a distância entre o alinhamento do lote ou terreno e a edificação;
- e) afastamento lateral é a distância entre a divisa lateral do lote ou terreno e a edificação;
- f) alinhamento é o limite divisório entre o lote ou terreno e o logradouro público;
- g) comprimento da fachada do estabelecimento é a medida da projeção da fachada frontal do estabelecimento sobre o alinhamento do lote;
- h) testada do lote ou terreno é a medida da linha divisória entre o lote ou terreno e o logradouro público;

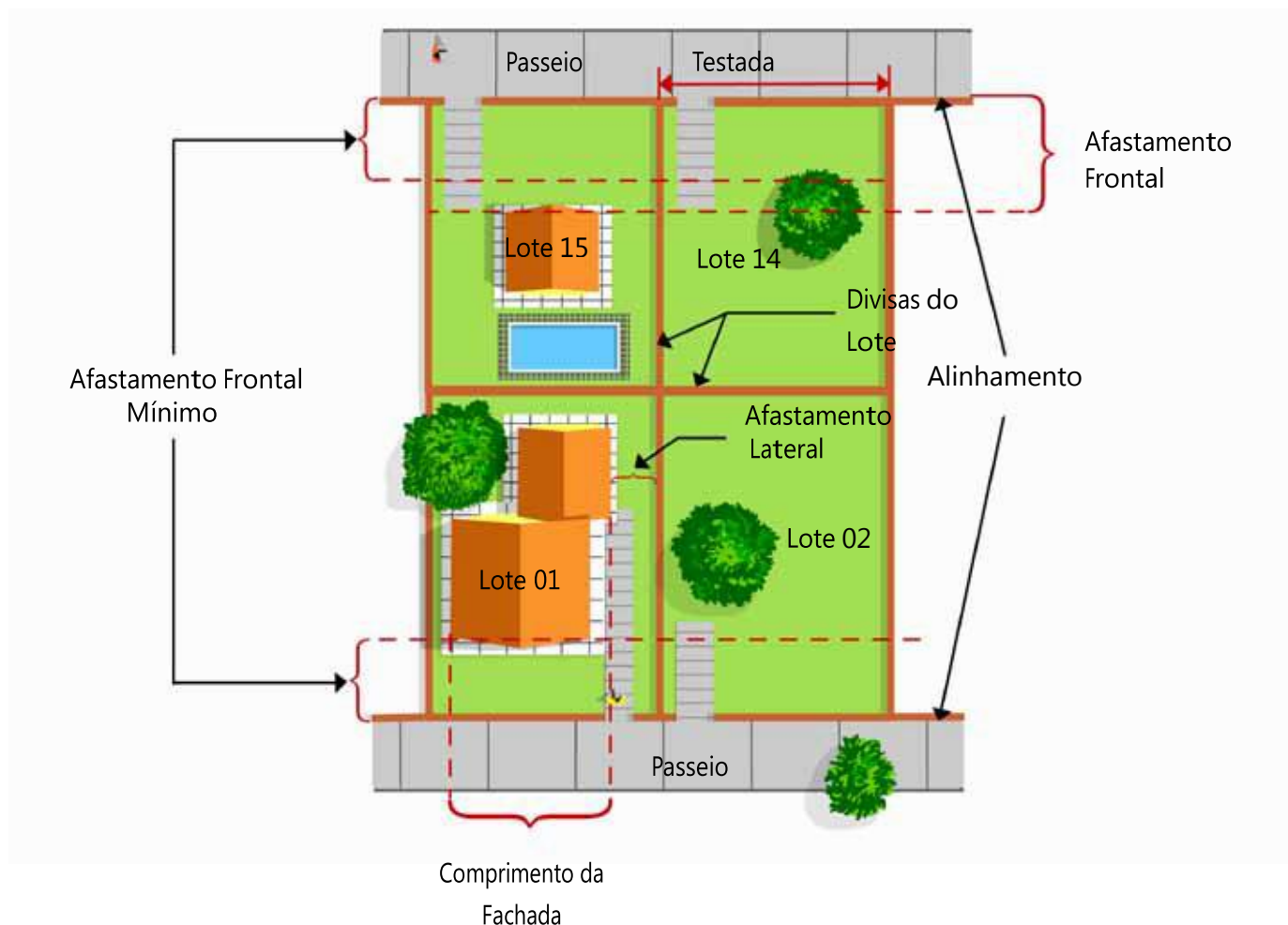


FIGURA 2 – Definição dos termos dos imóveis

i) fachada é qualquer uma das faces externas da edificação;

j) fachada frontal é face externa da edificação voltada para o logradouro público;

2 LOGRADOURO PÚBLICO

2.1 O pedestre e seu local no passeio

Para a presente regulamentação, a faixa reservada ao trânsito de pedestres deverá ter sempre largura igual ou superior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), e localizar-se junto ao alinhamento do imóvel

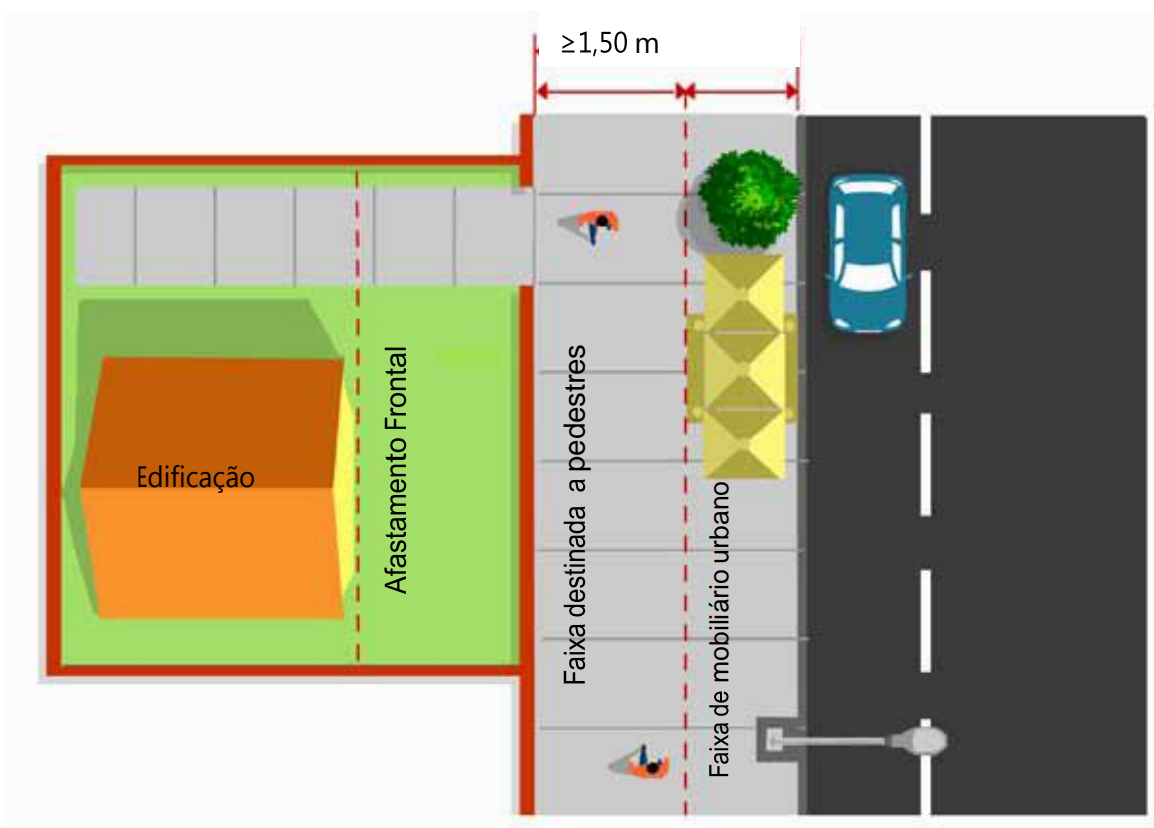


FIGURA 3 – Largura mínima da faixa de pedestres, sempre junto ao alinhamento.

2.2 Não poderão ser ocupados nos passeios as faixas equivalentes à projeção das larguras de travessias de pedestres e de acessos à portadores de necessidades especiais.

3 POSSIBILIDADES DE ENQUADRAMENTO

3.1 Existem algumas possibilidades para a colocação de mesas e cadeiras:

3.1.1 No afastamento frontal dos imóveis, observando que, somente será permitida a utilização após a emissão do Alvará, a autorização para a instalação de mesas e cadeiras deve ser providenciada junto à PMNF, antes da utilização.

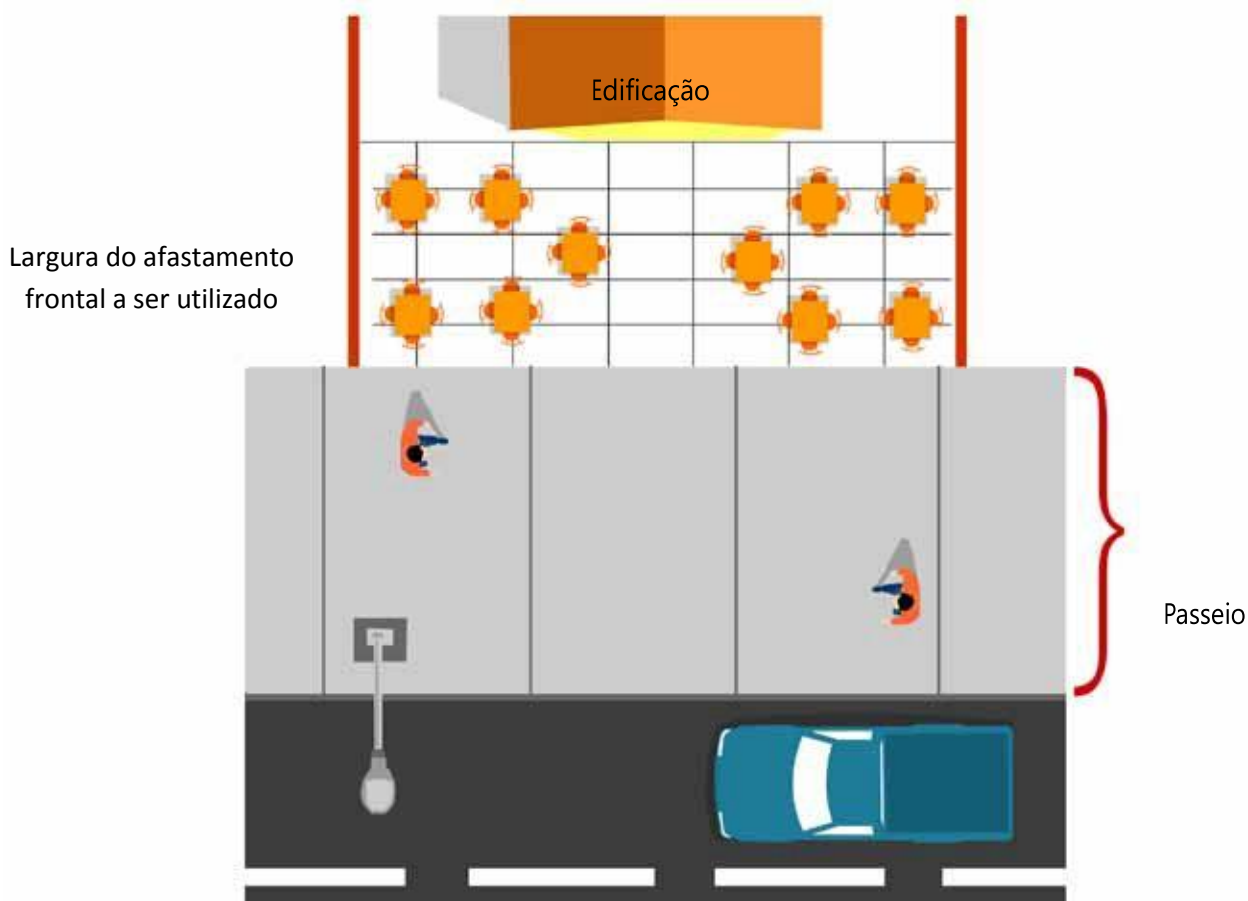


FIGURA 4 – Mesas e cadeiras no afastamento frontal

3.1.2 No passeio de qualquer via, desde que o mesmo tenha largura mínima de 4,00m (quatro metros), a ocupação não poderá exceder a metade e, nos passeios com largura superior a 4,00 m (quatro metros), deverá ser limitada a 3,00 m (três metros) ou metade do passeio, prevalecendo a menor medida.

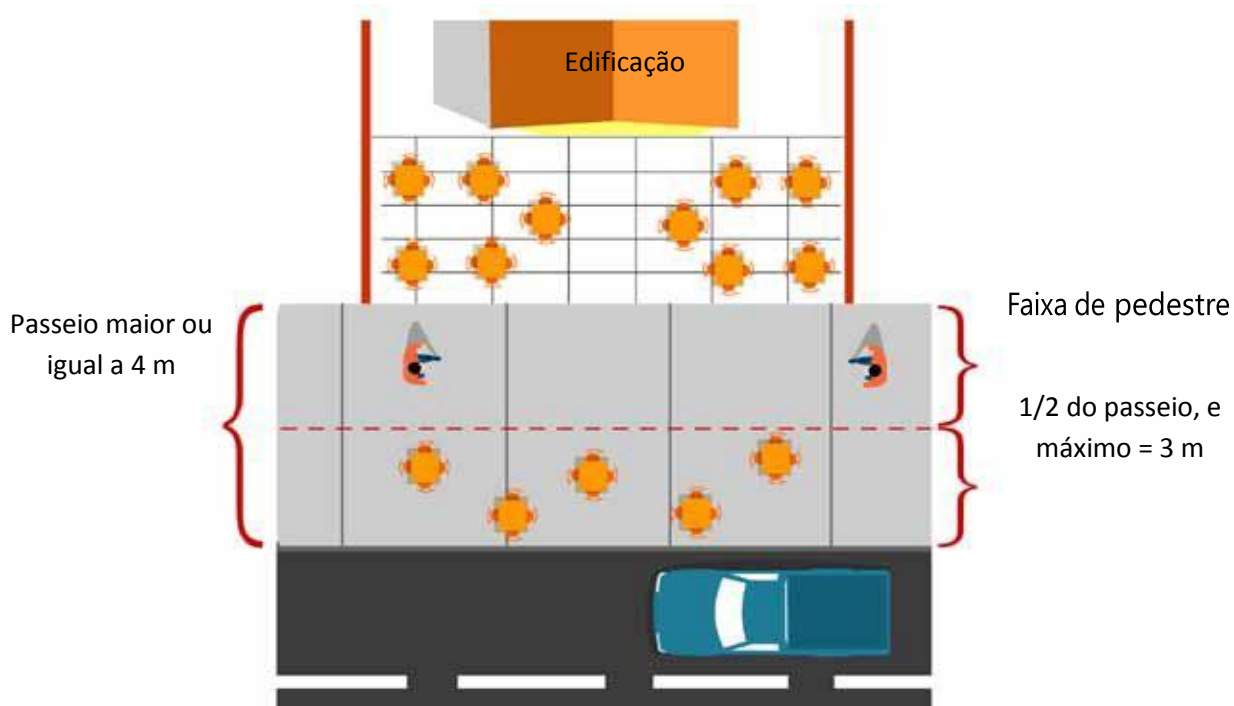


FIGURA 5 – Mesas e cadeiras no passeio

3.1.3 No quarteirão fechado, desde que seja preservada faixa de pedestre no eixo da via com, no mínimo, 3,00 m (três metros) de largura.

Faixa de pedestre $\geq 3\text{m}$ ou 40 % da largura do logradouro (prevalecendo a maior medida)

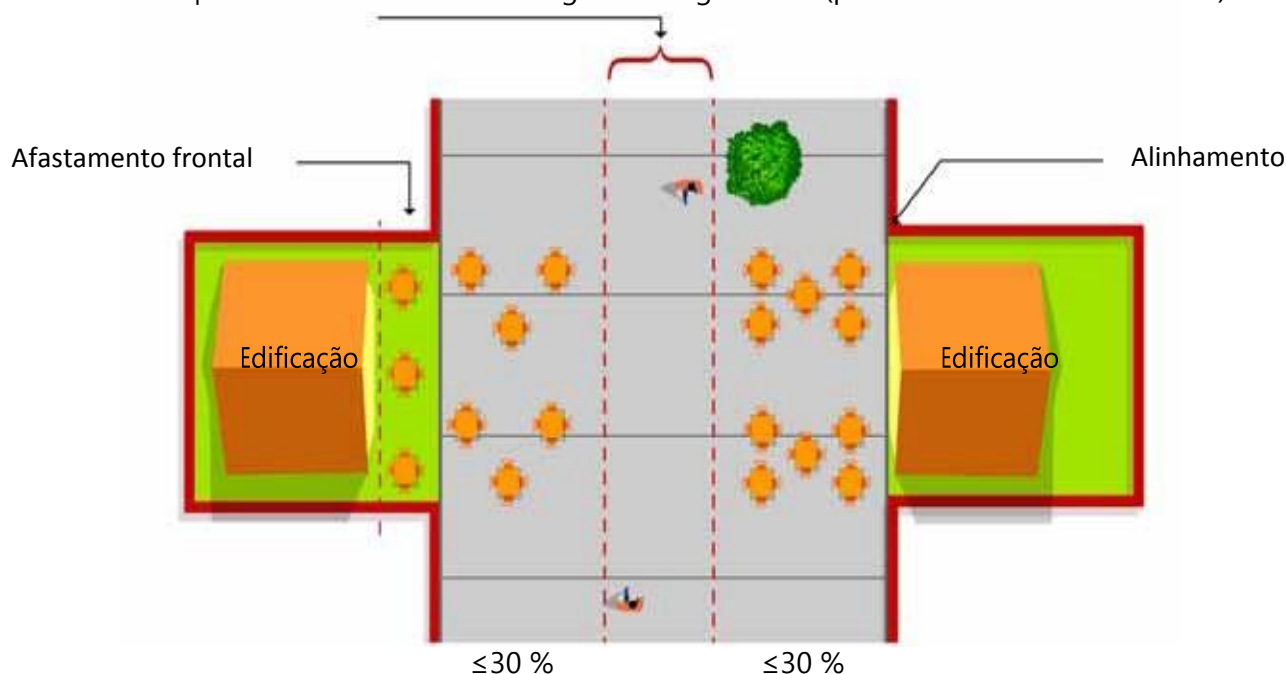


FIGURA 6 – Mesas e cadeiras no quarteirão fechado

3.1.4 Em praças, quando o estabelecimento com ela confrontar, poderá ser utilizado no máximo 40% da largura entre a testada do imóvel e o meio fio, descontado desta os canteiros, jardins e monumentos por ventura existentes, respeitadas a faixa de pedestre e a disposição abaixo.

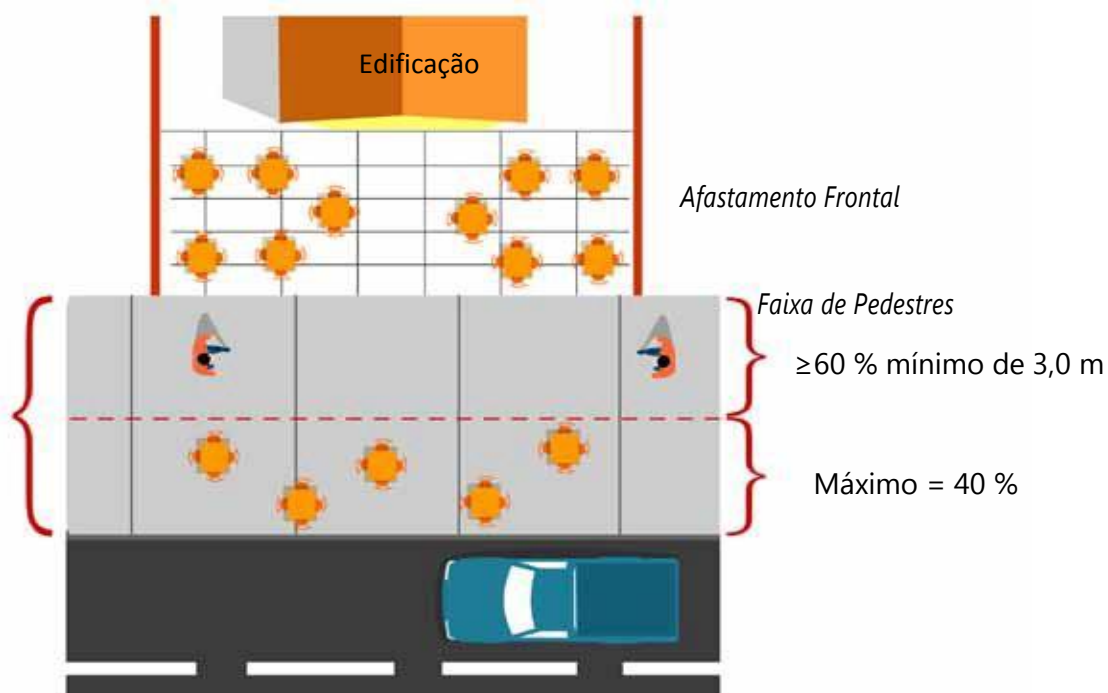


FIGURA 7 – Mesas e cadeiras em praças

3.1.5 Nos passeios com largura entre 2,30m e 4m a viabilidade da utilização pretendida se dará pela análise de uma comissão formada por representantes das secretarias de Ordem Urbana, Fazenda, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, devendo ser atendido no mínimo as disposições abaixo para possibilitar a análise.

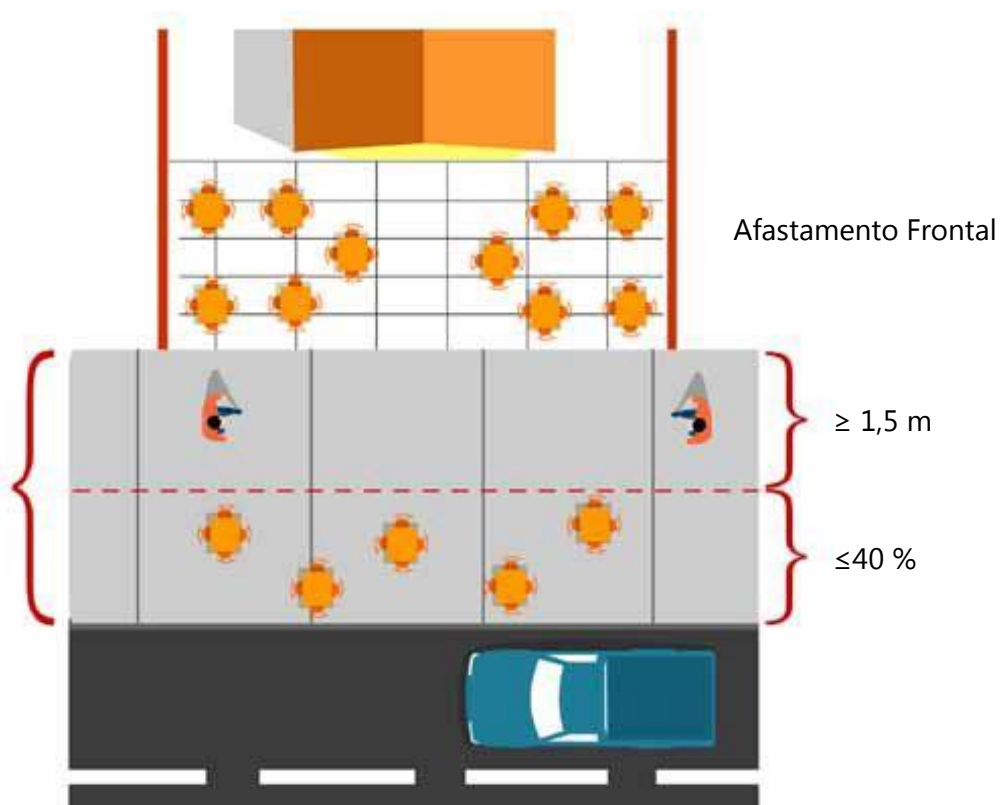


FIGURA 8 – Situação para passeios com largura entre 2,30 m e 3,90 m

3.2 Cálculo da área de utilização

Para o cálculo e demarcação em planta da área a ser ocupada deverão constar da mesma quaisquer acessos existentes contíguos à testada do estabelecimento, preservando-se um afastamento mínimo de 1,0m (um metro) para cada lado deste, o qual não poderá ser utilizado.

A área de cálculo e utilização será a largura de testada do estabelecimento descontada a faixa de acesso se esta existir, multiplicado pela largura passível de utilização, calculada conforme determinado no Decreto N°162 e na presente Cartilha.

No caso de anuência, devidamente documentada, do estabelecimento contíguo ao solicitante, poderá ser agregada a testada deste estabelecimento para ampliação da atividade, condicionada à análise e à autorização pela Municipalidade.

3.3 Valor a ser pago à Municipalidade pela utilização do logradouro.

3.3.1 Para fins de pagamento da taxa de utilização de logradouro público o cálculo do valor anual a ser cobrado será de 10% (dez por cento) do valor obtido pelo produto da área do passeio, autorizada para utilização pelo valor estipulado na PGV (Planta Genérica de Valores) do logradouro a ser utilizado.

3.3.2 O valor acima descrito será calculado pela Secretaria de Fazenda para a emissão da guia de pagamento e posterior autorização do uso após parecer favorável das Secretarias de Desenvolvimento Urbano Sustentável e do Meio Ambiente.

Nova Friburgo, RJ 18 de setembro de 2012.